

RESENHAS

CHAMPLIN, Russel Norman

O Novo Testamento Interpretado, 6 volumes.

Russell Champlin, doutor em filosofia, apresenta nessa obra, um comentário, versículo por versículo, do Novo Testamento. O texto é acompanhado de inúmeras ilustrações.

Os livros incluem vinte e oito artigos introdutórios sobre temas e problemas do Novo Testamento tais como: o problema de Deus, o da imortalidade da alma, conhecimento e fé religiosa, a crença religiosa e o problema da verificação, e outros. Esses temas polêmicos são apresentados sob diversas perspectivas filosóficas, abrangendo autores como Santo Tomás, Maritain, além de mostrar o ponto de vista do autor do comentário.

O texto grego é apresentado na língua original e traduzido. O comentário evidencia paralelismos entre os versículos dos diferentes evangelistas; explicita as raízes judaicas dos textos; indica algumas variantes das traduções e interpretações e explica a mensagem contida no versículo.

O trabalho do Dr. Champlin foi desenvolvido ao longo de oito anos e o resultado, os seis volumes da obra, é considerado de alta qualidade, por especialistas.

Maiores informações sobre esta obra podem ser obtidas diretamente com o autor, pela Caixa Postal 94. 12.500 — Guaratinguetá — SP.

Constança Marcundes César.

FOUCAULT, Michel

Vigiar e Punir.

Petrópolis, Ed. Vozes Ltda, 1977. 277 p.

O autor apresenta o seu livro como um "pano de fundo histórico para diversos estudos sobre o **poder de normalização e sobre a formação do saber na sociedade moderna**" (p. 277, nota 12). Parte do pressuposto de que as relações de poder e a formação do saber caminham juntas: "não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder" (p. 30).

Ele escreve em **Vigiar e Punir**, a história da prisão, desde a sua origem no sistema penal francês, entendendo com isso "fazer a história do presente" (p. 32). Nessa história o homem é subjugado, a partir de seu corpo, das mais diversas formas, sendo sempre "o efeito de uma sujeição bem mais profunda que ele" (p. 31). Não é o homem, como sujeito do conhecimento, que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas "o poder-saber, os processos e lutas... que o constituem... e determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento" (p. 30). A história é, então, vista como "a engrenagem pela qual as relações de poder dão lugar a um saber possível, e o saber reconduz e reforça os efeitos do poder" (p. 31).

Desde os suplícios medievais, as diferentes punições, as disciplinas corretivas, até a pena de detenção, Foucault vê as relações de poder-saber investindo os corpos humanos, submetendo-os, fazendo deles objetos de saber e sustentação do poder. Segundo ele, as ciências humanas originaram-se no campo fértil da prisão, seja ela em sua forma mais completa, isto é, a carcerária, ou na forma de escola, hospital, fábrica ou quartel. Nessas instituições os corpos são reprimidos, punidos, treinados, corrigidos, disciplinados, tornando-se dóceis e produtivos. Cria-se uma "**tecnologia política do corpo**", sendo a tecnologia "da alma": a dos educadores, psicólogos, psiquiatras, apenas um de seus instrumentos. Assim se explicam as grandes revoltas dos últimos anos nas instituições fechadas, aparentemente paradoxais por ocorrerem tanto nos cárceres de instalações precárias como nas prisões-modelo, tanto contra os guardas como contra os serviços educativos e psiquiátricos.

O autor estuda pormenorizadamente a transformação dos métodos primitivos na história da justiça francesa, compondo a obra em 4 partes: Suplício — Punição — Disciplina — Prisão, cada parte contendo 2 ou 3 capítulos, com diversos subtítulos.

Na 1ª parte encontramos textos históricos narrando cerimônias públicas dos mais diferentes suplícios, que, no decorrer dos anos, vão-se suavizando e se privatizando. No século XVIII, esses rituais rareiam e, em princípios do século XIX, o espetáculo da punição física se extingue. A ação punitiva tem o seu objeto deslocado: a meta é que "o castigo... fira mais a alma que o corpo" (p. 21).

O suplício tinha uma função jurídico-política, e a sua ostentação destinava-se a demonstrar e a reativar o poder do soberano. Porém, a população que assistia aos rituais nem sempre reagia da forma esperada, chegando a gerar mais violência, causando problemas políticos. Além disso, a era moderna trouxe um desenvolvimento econômico considerável, grande crescimento demográfico e multiplicação de riquezas e propriedades. Os delitos também se modificaram, diminuindo os crimes sangrentos e multiplicando-se aqueles contra o patrimônio. A situação social passou a exigir menos

uma punição-vingança e mais sanções destinadas a controlar o comportamento dos indivíduos. Houve então um ajustamento dos mecanismos de poder, descentralizando-os das mãos do rei para disseminá-los em diversas instâncias de sociedade.

A 2ª parte do livro — Punição — situa o século XVIII como o tempo dos grandes ideólogos e reformadores penais. Esses multiplicaram e valorizaram as leis relativas às relações de propriedade, empenhando-se em submeter as populações, inclinadas aos pequenos delitos (furtos, roubos, extorsões), a uma vigilância estrita e a um controle regular. Constituiu-se “uma nova economia e uma nova tecnologia do poder de punir”, baseadas na teoria geral do contrato (p. 82). O cidadão, ao infringir as leis, rompe o pacto social e torna-se inimigo da sociedade. A ação penal passou a visar sobretudo a não repetição dos delitos, ou melhor, a prevenção das desordens, modulando-se as penas no sentido de obter tais efeitos.

O século das Luzes elaborou um discurso, “uma receita geral para o exercício do poder sobre os homens: o espírito como superfície de inscrição para o poder,... a submissão dos corpos pelo controle das idéias,... numa política dos corpos bem mais eficaz que a anatomia ritual dos suplícios” (p. 93).

Os grandes juristas franceses criaram uma série de penas, as mais conformes possíveis com a natureza dos delitos, para que funcionassem como sinal do castigo e dissuassem a prática dos crimes. Era toda uma tecnologia da representação, objetivando ligar a idéia do crime à idéia da pena. A pena de encarceramento é explicitamente criticada por esses reformadores, como incapaz de responder à especificidade dos crimes, inútil e dispendiosa à sociedade, além de deixar os condenados na ociosidade e a mercê da arbitrariedade de seus guardiães.

No entanto, foi a pena de encarceramento, como punição para quase toda a espécie de delitos, que, na prática, espalhou-se pela França e estendeu-se por toda a Europa com uma rapidez espantosa, no dizer de Foucault, como “num passe de mágica” (p. 104).

São os motivos da rápida implantação da pena de prisão muito discutidos. A explicação mais usual é a influência de grandes modelos de instituição punitiva, tendo os flamengos como pioneiros, seguidos pelos ingleses e americanos. Essas prisões-modelo assemelhavam-se a fábricas, organizando as técnicas punitivas sobretudo em torno do trabalho. A ociosidade era considerada a causa geral da maior parte dos crimes, em consonância com o momento histórico, valorizando sobretudo o “homo oeconomicus” (p. 108).

As prisões-modelo isolavam o indivíduo, acreditando que, somando ao trabalho oportunidades de solidão para a meditação das exigências morais, reformariam o indivíduo em sua totalidade. Tornaram-se assim um observatório permanente do comportamento dos indivíduos, e um laboratório de técnicas de correção, funcionando como “um aparelho de saber” (p. 112).

A prisão propiciou a formação de uma nova tecnologia do poder, através de processos de treinamento do corpo: horários, distribuição de movimentos, atividades obrigatórias visando à criação de novos hábitos de comportamento. Toda uma disciplina manipuladora dos indivíduos que ultrapassa — e muito — os muros da prisão.

A Disciplina é o objeto de estudo da 3ª parte da obra. O século XVIII aparece como “o momento histórico das disciplinas”, momento em que nasce uma arte sobre

o corpo humano, cuja finalidade não é somente tornar os corpos submissos, mas também úteis. Forma-se uma política de coerções que relaciona a obediência à utilidade, fazendo dos corpos, quanto mais submissos, mais produtivos e rentáveis.

Textos históricos mostram a disciplina como verdadeira pedagogia do detalhe, não apenas nas escolas, mas também no quartel, nas fábricas e nos hospitais. Os corpos são controlados até os últimos pormenores, seja no tocante ao emprego do tempo, à sua localização espacial, à sua inserção no conjunto de maneira a render sempre mais e melhor.

Os exercícios disciplinares supõem um controle estrito. Multiplicam-se assim as formas de vigilância, institucionalizadas em todos os níveis, constituindo uma rede de relações que se autofiscaliza, organizada "como um poder múltiplo, automático e anônimo" (p. 158).

Os sistemas disciplinares funcionam à base de certo mecanismo penal, punindo-se as faltas com uma série de penalidades variadas. Essas penalidades não visam à expiação da falta, nem exatamente a repressão, mas são fundamentalmente corretivas, objetivando, em última análise, a normalização do funcionamento do organismo: escola, exército, hospital, fábrica...

Foucault diz que, desde o século XVIII, aos poderes já existentes veio juntar-se o poder da Norma. "O Normal se estabelece como princípio de coerção no ensino, com a instauração de uma educação standardizada e a criação das escolas normais" (p. 164).

A atenção generalizada à norma torna-se atenção individualizada aos que escapam dos quadros regulares. No mesmo século XVIII, a criança, o doente, o louco e o condenado tornam-se objeto de descrições individuais que funcionam como processo de objetivação e sujeição. As técnicas de descrição e análise, o exame, em todo o seu rigor de minúcia, põem em ação "relação de poder que permitem obter a construir saber" (p. 165). Essa tecnologia vai da pedagogia à psiquiatria, do diagnóstico médico à seleção de mão-de-obra, integrando os processos "que constituem o indivíduo como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber" (p. 171).

O aperfeiçoamento dos mecanismos de vigilância e controle propiciam as condições necessárias ao advento das democracias burguesas. Afirma Foucault que a organização jurídico-política de tipo representativo, fundamentada formalmente na igualdade de direitos, tem como "subsolo" uma tecnologia de coerção. "Se, de maneira formal, o regime representativo permite que... a vontade de todos forme a instância fundamental da soberania, as disciplinas dão, na base, garantia da submissão das forças e dos corpos. (...) As "Luzes" que descobriram as liberdades inventaram também as disciplinas" (p. 195).

Cabe a J. Bentham a invenção do melhor esquema de vigilância, com a figura arquitetural do Panóptico: um modelo circular, onde todas as celas, individuais, são constantemente iluminadas e vigiadas por uma torre central onde o guardião nunca é visto. Tendo tal esquema arquitetural como base construíram-se, no início do século XIX, hospitais, asilos, escolas, fábricas e prisões.

A 4ª parte do livro trata especificamente da prisão, considerada a melhor aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, através de um trabalho preciso sobre os seus corpos. A Justiça criminal a definiu como a punição por excelência, a "pena das sociedades civilizadas" (p. 207).

As sociedades assim chamadas fundamentam-se formalmente em dois valores declarados básicos: a liberdade e o trabalho. A prisão atinge-os plenamente, privando o criminoso da liberdade e obrigando-o ao trabalho.

Na sociedade industrial, a prisão aparece como empresa destinada à transformação dos indivíduos, utilizando para tanto três grandes modelos de ação. O 1º é o esquema político-moral, com o isolamento do indivíduo em celas sempre vigiadas, e submetido totalmente à hierarquia. O esquema econômico da força aplicada a um trabalho obrigatório intenta mudar o prisioneiro violento, agitado e irrefletido num operário produtivo e dócil. Finalmente, aplica o modelo técnico-médico da cura e da normalização, com a influência crescente dos terapeutas na modulação das penas.

Ao aplicar a pena de prisão, a Justiça pune um delito. Na fase da execução da pena, porém, o objeto não é mais o delito e sim o delinqüente. Para a sua transformação aplicam-se todas as tecnologias coercitivas do comportamento, cria-se um novo saber: a ciência penitenciária.

No entanto há mais de século e meio, “a prisão leva de novo, quase fatalmente, diante dos tribunais aqueles que lhe foram confiados” (p. 226). E o movimento para reformar as prisões, por extraordinário que pareça, é mais ou menos contemporâneo à própria prisão. No decorrer de sua história, sempre se procurou reformá-la como uma de suas condições de funcionamento, não faltando projetos e literatura a esse respeito.

Diante de tal quadro, Foucault inverte o questionamento: o fracasso da prisão talvez tenha certa função social. Ou melhor, é possível que a prisão, e os castigos em geral, não se destinem realmente a suprimir os delitos, mas fazê-los de alguma forma servir aos detentores do poder.

Há que se inverter a construção ideológica da lei como a lei universal, igual para todos; da Justiça representando a sociedade inteira contra um indivíduo rebelde; do aparelho penal com função de suprimir as infrações. Pode-se ver a lei a serviço dos interesses de uma classe social, o Tribunal como a representação desta classe, as penalidades como “uma maneira de gerir as ilegalidades, de riscar limites de tolerância, de dar terreno a alguns, fazer pressão sobre outros”... A prisão, em tal perspectiva, cumpre a função, pois “não é só a própria lei ou a maneira de aplicá-la que servem ao interesse de uma classe... (mas)... toda a gestão diferencial mecanismos e dominação” (p. 240).

O autor mostra como, na passagem do século XVIII ao XIX, os novos códigos penais surgem na Europa para controlar a dimensão política dos movimentos populares. Esse controle atinge tanto as lutas operárias, contra o regime de exploração legal do trabalho, como o das agitações camponesas, contra o novo regime de propriedade da terra.

Nesse mesmo quadro é apresentado o desenvolvimento do aparelho policial, contando com a caução da Justiça, para distinguir as ilegalidades, marcando e organizando a delinqüência num meio fechado, permitindo “deixar na sombra as ilegalidades que se quer ou se deve tolerar (p. 243). A delinqüência passou a ser quase característica das classes pobres ou miseráveis, sob constante controle policial, politicamente sem perigo e economicamente insignificante. “A delinqüência, ilegalidade dominada, é um agente para a ilegalidade dos grupos dominantes” (p. 246).

A utilização da delinquência, direta ou indiretamente, é exposta nos últimos capítulos do livro e explica a imobilidade da instituição carcerária em face das inúmeras tentativas de reforma. O autor diz também que sua utilidade vem diminuindo no século XX, graças ao crescimento das redes disciplinares que vão constituindo a atual sociedade normalizadora.

Para a construção desse tipo de sociedade contribuem decisivamente as ciências humanas, "essas ciências com que nossa humanidade se encanta" (p. 198). A elas transferem-se cada vez mais as funções judiciárias; educadores e terapeutas não deixam de ser juízes da normalidade. Cada qual, em sua área específica, submete o corpo humano, os gestos, os comportamentos, as aptidões, os desempenhos, participando dos poderes de controle e sanção sociais.

De acordo com Foucault, embora a orientação pedagógica corrija os rigores da escola, a psicologia, a psiquiatria, cuidem de retificar os efeitos da disciplina familiar ou da organização do trabalho, não deixam de ser técnicas que mandam os indivíduos de uma instância disciplinar a outra, e reproduzem o esquema de poder-saber próprio a toda disciplina. Assim permanecem corpos e forças submetidos por múltiplos dispositivos de "encarceramento", nessa humanidade "efeito e instrumento de complexas relações de poder". (p. 269).

Maria Soares de Camargo

Assistente Social. Professora da PUCC. Mes-
tranda em Filosofia Social na PUCC.

JANNUZZI, Gilberta Martino

Confronto Pedagógico: Paulo Freire e Mobra

São Paulo, Cortez & Moraes, 1979, 111 p.

No presente trabalho, a autora faz o estudo e análise da pedagogia proposta por Paulo Freire e aquela implícita no Mobra, numa tentativa de demonstrar que são distintas, ditadas por concepção de Homem e por uma visão do mundo diferentes, e isto leva a ter posturas divergentes frente à educação e às suas finalidades. Embora ambas as pedagogias usem a técnica analítico-sintética para a alfabetização, não devem ser confundidas, pois este aspecto é apenas um detalhe no contexto geral.

A professora Gilberta começa seu trabalho estudando o conceito e a finalidade da educação expressa nas duas pedagogias; a seguir, faz uma apresentação do método e das técnicas de alfabetização, com base nas obras de Paulo Freire e nos documentos do Mobra.

Paulo Freire parte do pressuposto de que todos os homens são seres ontologicamente iguais, finitos e inacabados. O homem é um ser histórico, situado no espaço e no tempo. É um ser condicionado por situações, mas passível de mudanças e transformações. Estas mudanças se fazem à medida que o homem se distancia da realidade, objetivando-a, refletindo e sendo capaz de crítica sobre ela. Para Paulo Freire, isto só é possível através de uma educação ativa e dialógica. A educação é entendida, por ele, como conscientização, conhecimento. Conhecer é entrar em contato com o mundo, é atuar nele. Educação é uma práxis social, não uma busca passiva de conhecimentos. É uma dinâmica onde educadores e educandos assumem uma mesma postura à procura da melhor resposta para os problemas da realidade onde

vivem. A educação é o momento de reflexão da realidade, e onde se organiza um projeto de ação, que se converterá em ação efetiva sobre a realidade.

Classifica o seu método como um método eclético e dialógico. É eclético na medida em que utiliza os processos mentais de análise e síntese, e problematização das situações existenciais durante o processo de alfabetização. É dialógico, pois o diálogo se faz presente durante o processo de alfabetização. Segundo Paulo Freire, o diálogo é um encontro horizontal onde todos se comunicam sem hierarquização de papéis. O educador tem como papel apenas ajudar a percepção crítica da realidade. A preparação do material para a alfabetização é feita através de uma equipe de professores e de elementos da comunidade. A captação da linguagem do povo, na sua extensão semântica, é o primeiro passo. A técnica de alfabetização se faz segundo um processo, com várias etapas.

O aprendizado se faz através de vocabulários do meio em que os alfabetizandos vivem. São palavras que exprimem seus modos de ver o mundo e as situações existenciais mais significativas para o aluno. Nos grupos, há o confronto das diferentes maneiras de perceber o mundo e, deste confronto, surgem novas idéias e realidades. Assim se concretiza a proposta pedagógica de Paulo Freire: a educação como conscientização, que é o desvelamento da realidade, sua transformação através dos homens.

Segundo os documentos do Mobral, a educação é... "processo que auxilia o homem a explicitar suas capacidades, desenvolvendo-se como pessoa que se relaciona com os outros e com o meio, adquirindo condições de assumir sua responsabilidade como agente e seu direito como beneficiário do desenvolvimento econômico social e cultural".

A informação, portanto, tem, aqui, um papel muito importante na medida em que aumenta as possibilidades de integrar o aluno no meio, e permitir-lhe o ingresso no grupo dos beneficiários do desenvolvimento econômico. Os princípios metodológicos do Mobral são funcionalidade e aceleração. Funcionalidade consiste na preparação do aluno para desempenhar uma função na sociedade, e assim garantir o ingresso mais veloz na produção do desenvolvimento e na participação dos benefícios deste. Dentro deste contexto, a educação está orientada segundo a linha do desenvolvimento econômico.

As técnicas utilizadas são as de análises e sínteses, que fazem com que o aluno aprenda o significado considerado adequado às palavras. O vocabulário utilizado foi escolhido segundo o critério de que são palavras que exprimem as necessidades básicas do homem, e, portanto, as mesmas para o Mobral do Brasil inteiro. O material didático é preparado por uma equipe central para ser usado em todo território nacional. Técnicas de grupo são utilizadas durante o processo de alfabetização, a fim de facilitarem a integração didática e não dialógica. Alfabetizadores e alfabetizandos seguem prescrições, prefixadas pela coordenadoria central. Temos, aqui, uma situação onde a verticalidade do método é inquestionável.

O processo de alfabetização tem como finalidade o aprendizado da leitura e da escrita, com o intuito de promover o ingresso do indivíduo de forma funcional e acelerada, no grupo dos que participam do desenvolvimento, e fornecer condições de realizar mudanças através da ação social dentro dos moldes políticos vigentes.

Do confronto destas pedagogias podemos concluir que enquanto Paulo Freire concebe a educação como atividade de pensar e agir, como processo permanente de reflexão e mudanças, para o Mobral a educação é um investimento prescrito pelas necessidades do mercado de trabalho e pelo modelo sócio-econômico. Quanto à metodologia, temos que em Paulo Freire é um movimento horizontal, dialógico, promovendo superação da hierarquia elite-povo. O Mobral propõe um método anti-dialógico, partindo de objetivos prefixados, e revelando uma verticalidade inegável.

A técnica analítica-sintética se mostra semelhante nas duas propostas pedagógicas apenas quanto a operações mentais de análise e síntese. Devido à dialogicidade de um e antidialogicidade do outro método, a análise e a síntese têm, ambos, objetivos e graus diferentes de adentramento da realidade. Nas duas pedagogias o método e as técnicas são decorrentes de concepção de homem e de mundo diferentes. São proposições baseadas em posturas teóricas diferentes.

Este trabalho foi feito com base numa bibliografia extensa, escolhida de maneira que permita confronto e crítica fundamentados sobre estas duas pedagogias. Para nós, é gratificante ter oportunidade de entrar em contato com um trabalho deste nível, revelador de preocupações com confrontos e buscas de verdades esclarecedoras para um assunto tão pouco debatido e questionado em profundidade, como o problema da educação no Brasil. Esta obra se faz tão importante não só pelo confronto entre estas duas pedagogias, mas, principalmente, por nos levar a uma reflexão a respeito do sistema educacional do nosso país. A filosofia subjacente ao Mobral, parece ser a mesma de todo o nosso sistema educacional. Se fizermos um retrospecto histórico até o tempo dos jesuítas, temos que, em princípio, pouca coisa se modificou na forma de encarar a educação. O ensino, na época da colônia, era completamente alheio à realidade e não contribuía para modificações estruturais na vida social e econômica do Brasil naquela época. A instrução em si não representava muito na construção da sociedade. Era uma educação acadêmica, aristocrática. Aos poucos a classe dirigente foi tomando consciência do poder dessa educação na formação de seus representantes políticos, e dela se apossou. Durante o século XX observa-se que a instituição educacional no Brasil foi-se caracterizando por um processo de contenção e liberação. Oferece o ensino obrigatório e gratuito — 1º grau, cursos supletivos — com função de alfabetizar grandes massas e com objetivo de criar mão-de-obra especializada para satisfazer o mercado de trabalho. A educação de 2º e 3º graus fica aberta para as camadas médias e para a classe dominante, o que revela convergir a política educacional a uma mesma e única meta: reprodução das classes sociais e das relações de dominação.

A expansão do ensino se dá de forma deficiente, tanto quantitativamente, como em seu aspecto estrutural. O número de escolas é insuficiente, suas características não correspondem às reais necessidades do momento, havendo desequilíbrio entre as necessidades reais do desenvolvimento, demanda social e a oferta de ensino. Surge, também, uma oposição entre a teoria e a prática na educação, revelando seus vínculos com a estrutura de classes sociais. As sociedades capitalistas se caracterizam pela polarização de classes que mantêm, entre si, relação de oposição: o trabalhador e os meios de produção. Isto se reproduz na escola, através da divisão do trabalho intelectual do manual, onde o pólo intelectual tem função de inculcar a ideologia dominante, que reflete os interesses da classe dominante.

Temos, portanto, que a educação é uma instituição prescrita pelo modelo sócio-econômico, onde uma elite determina as metas a serem atingidas, com o objetivo de manter sua dominação vertical.

Como educadores temos que nos apropriar dessa visão dos homens como seres ontologicamente iguais e tentarmos promover uma sociedade mais aberta, com mobilidade, possibilitando que todos os homens tenham efetivas condições de ocupar seu lugar social, com base em suas capacidades e opções.

Dentro do nosso ponto de vista, a autora, não só cumpriu de maneira elogiável sua proposta de trabalho, como também nos permite, com suas profundas análises e questionamentos, ir além de suas colocações e abordagens, alertando-nos quanto à necessidade de estarmos mais atentos e críticos em nossa função de educadores.

A autora Gilberta Jannuzzi é professora da Faculdade de Educação da Unicamp, e mestra em Filosofia da Educação pela PUC de São Paulo, sendo esta obra por nós analisada, sua dissertação de mestrado, agora posta ao alcance de todos com esta publicação.

Maria Adélia Jorge Mac Fadden

Aluna do Mestrado em Psicologia da PUCC;
Psicóloga.

MANNONI, Maud e outros.

Educação Impossível, Rio de Janeiro
Livraria Francisco Alves Editora 1977;
trad. Álvaro Cabral, 320 pp.

O tema deste livro gira em torno da experiência realizada por Maud Mannoni e seus colaboradores na Escola Experimental de Bonneuil-sur-Marne, na França. Segundo a própria autora, esta experiência é o envolvimento numa prática que ela se esforça para traduzir em formulações teóricas. A experiência de Bonneuil reata outra iniciada pela autora em 1940, no contexto de uma época de violência, com seres chamados anormais, pervertidos ou loucos, para os quais ela recebeu uma autorização de levá-los para fora dos hospitais e alojá-los em locais "desabitados". A experiência atual se dá em relação a crianças e adolescentes chamados de psicóticos, débeis ou desajustados, presos pela violência da segregação institucional, tanto hospitalar como educacional e mesmo familiar.

No ínterim destas duas experiências a produção da autora inclui três livros:

L'Enfant Arriéré et Sa mère¹ em que a idéia central é extraída da experiência psicanalítica a qual denuncia que no desejo de se tratar o sintoma, recusa-se o paciente. Ela desenvolve, nesse livro, um questionamento da debilidade mental e da psicose, não negando-as, mas interrogando a forma como se procede sua abordagem técnica na sociedade atual e, como se agravam estes estados, ao ponto de convertê-los em alienação. Segundo a autora, uma doença por mais orgânica que seja, pode assumir no outro uma função e ver-se investida de um "status" que será a causa de uma situação suplementar do deficiente. É desta maneira que se pode gerar uma situação em que os pais, educadores, médicos, longe de procurarem entender a criança como sujeito dotado de desejos próprios, integram-na como objeto de cuidados nos diversos sistemas de recuperação, "privando-a" de toda forma de expressão verbal, de todo direito à palavra.

Em *L'Enfant, Sa Maladie et les Autres*², a autora denuncia a influência da ideologia médica na assistência aos menores.

*Le Psychiatre, Son Fou et la Psychanalyse*³ integra os problemas levantados nos dois livros anteriores envolvendo-os num debate mais geral sobre as instituições, a psiquiatria e a psicanálise.

No desenvolvimento destes três livros, M. Mannoni sublinha que a psicanálise longe de subverter a psiquiatria, é recuperada por ela como técnica de complementação e que a psicanálise institucionalizada serve de aval à própria ordem institucional e participa na sua conservação, traindo assim sua própria vocação.

Por outro lado, denuncia o perigo que representam as medidas apressadamente tomadas pela administração ao se anteciparem ao progresso de conhecimentos reais, e a frequência com que os médicos manifestam uma atitude idêntica a dos administradores da loucura, atitude corroborada pelo monopólio administrativo da "assistência", fazendo do médico o fiador da manutenção das instituições.

Segundo a autora, "nada poderá ser empreendido no domínio da psiquiatria e do ensino se não se começar por uma contestação do monopólio médico, pedagógico e administrativo (monopólio de diplomas, e da administração da assistência), fonte de todos os abusos do poder".

É dentro destas referências que M. Mannoni cria a Escola Experimental de Bonneuil-sur-Marne, segundo ela um lugar de vida para as crianças consideradas desajustadas, onde não se pratica a psicanálise mas tudo o que aí se faz, baseia-se rigorosamente nela e a ela não se recorre como técnica de ajustamento, mas como subversão de um saber e de uma práxis.

Para M. Mannoni, a experiência em Bonneuil não teve nada de limitadora, e o interesse da pesquisa residia no fato de que, a partir dela, puderam equacionar os verdadeiros problemas, como o da a-escolaridade, do trabalho manual fora da escola, e questionar as estruturas administrativas tradicionais para as quais a multiplicação de lugares de vida como esse causaria inevitavelmente um problema político, ou seja, o dos monopólios educacionais, médicos etc.

Como experiência anti-segregativa, a escola de Bonneuil aboliu a concepção tradicional de equipe médico-pedagógica, aniquilando as funções de psicólogo administrador-de-testes e de analistas institucionais e, até mesmo, a de professor.

Foi através destes questionamentos e não querendo submeter as crianças às normas impostas pela administração escolar, médica etc. que Bonneuil se viu num impasse com os órgãos governamentais, tais como o do trabalho e da previdência social que lhe negaram a possibilidade de trabalho em locais fora da escola e de verbas.

A 1ª parte do livro, intitulada "Uma educação perversa", aborda os problemas de autoridade apresentados aos professores e médicos no século XIX e a origem da tomada de poder ideológico pelas instituições escolar e médicas decididas a realizar uma "missão civilizadora" que, ao ver da autora, não passa de uma "missão colonizadora".

Na 2ª parte, desenvolve a autora o tema da "Instituição estourada". A estrutura de qualquer instituição tem por função a conservação da herança recebida e na incapacidade de se libertar do peso de uma rotina administrativa cria-se uma situação que impossibilita toda dialética. M. Mannoni introduz na escola de Bonneuil a noção

de "estouro da instituição" que é o desenvolvimento da função ocupada por uma criança junto dos outros, desta maneira instaura-se uma dialética a partir das cesuras introduzidas no discurso coletivo.

Nesta segunda parte estão inseridos excertos de gravações que se deram em diversos lugares ou diferentes reuniões com crianças, adultos e convidados.

Na 3ª parte Mannoni discorre sobre a incompatibilidade da prática por ela proposta com certa concepção do saber.

Para a autora, a descoberta da infância excepcional cobre uma prática que, por intermédio do diagnóstico precoce, faz da criança doente a verdadeira fiadora da instituição. Nestas instituições, o saber teórico reaparece sob traços de um poder administrativo, sendo que o paradoxo do saber teórico reside no modo como é ele usado, como disfarce para obliterar a verdade de uma experiência, ou como instrumento para se orientar mais comodamente, numa pesquisa na qual ele mesmo se encontra implicado.

A 4ª parte reúne três textos de colaboradores de M. Mannoni em Bonneuil, relatando suas próprias experiências em contato com as crianças e, uma de suas conclusões, é a de que os adultos só podem ensinar as crianças a aceitarem seu próprio status de prisioneiros, e para que as coisas se passem de outra maneira, é preciso se faça da criança a sua própria educadora.

A 5ª parte contém uma entrevista da autora com uma economista que demonstra a incompatibilidade radical entre o funcionamento de Bonneuil, segundo seus critérios, e a sua homologação pela Previdência Social. Anexo à 4ª parte, está uma série de documentos comprovando as dificuldades encontradas pela Escola de Bonneuil em relação às administrações governamentais.

Mesmo acontecendo em outro contexto cultural, a experiência de Bonneuil nos faz refletir sobre a situação das nossas instituições e da sua administração pelo poder governamental.

Educação Impossível é um texto recomendável a quem se interessa pelo problema educacional, principalmente quando envolve as crianças chamadas desajustadas.

Oscar Rossin Sobrinho

Psicólogo Clínico. Mestrando em Psicologia
Clínica na PUCC.

NIDELCOFF, Maria Teresa
UMA ESCOLA PARA O POVO
Tradução de João Silvério Trevisan
São Paulo, Brasiliense, 1979, 104 pp.

Esta obra é destinada aos educadores, de modo geral mas, principalmente, aos professores que atuam na periferia das grandes cidades ou em zonas atrasadas, visando levá-los a refletir sobre o papel que a atual Escola deve assumir como agente de transformação da realidade social vigente.

Segundo a autora, existem dois tipos de professores: o professor policial que, inconscientemente ou não, constitui-se em guardião do regime social vigente, atuando no sentido de incorporar os alunos a tal regime e adaptá-los ao sistema de vida e

aos valores que a sociedade propõe; e o professor-povo que trabalha no sentido de ajudar o povo a se descobrir, a se expressar e a se libertar, contribuindo para a criação de homens novos e de uma sociedade mais justa e igualitária.

No decorrer de toda a obra a educadora argentina mostra como estes dois tipos de professores se posicionam em relação à ordem social estabelecida, os objetivos com que trabalham, a forma como desenvolvem os conteúdos, e enfoque dado à avaliação e, finalmente, o tipo de relação que mantém com os pais de alunos.

No capítulo I, a autora partindo da premissa de que a Escola além de não poder, por si só, modificar a estrutura social, mostra como esta vem atuando no sentido de confirmá-la e sustentá-la. Isto porque a criança da classe social menos favorecida quando entra em escola já apresenta uma série de "deficits" em termos de desenvolvimento físico e intelectual, o que não lhe permite apresentar um rendimento igual ao das crianças das classes socialmente mais privilegiadas. Além disso, as experiências que a escola proporciona às crianças pobres e ricas são, qualitativamente, bem diversas.

Portanto, uma mudança profunda na Escola está condicionada a profundas mudanças sociais, políticas e econômicas. Entretanto, o modo de agir dos professores, compromissados com o povo, pode, a longo prazo, produzir as necessárias mudanças sociais.

No capítulo II, a autora caracteriza o professor-policia e o professor-povo estabelecendo um confronto entre as atitudes que os dois tipos de professores assumem quanto aos objetivos com que trabalham. O professor-policia tem por objetivo cumprir o programa proposto impondo aos alunos os valores da classe dominante. Já o professor-povo tem por objetivo central a liberação do povo agindo no sentido de ajudar os alunos a descobrir e viver determinados valores, desenvolvendo neles o espírito crítico, ajudando-os a descobrirem-se e a assumirem seu compromisso diante da realidade, a serem livres e aprenderem a organizar-se como grupo.

Quanto aos conteúdos, transmitidos pela escola, estes podem, segundo a autora, ou ajudar o aluno a entender a realidade e levantar problemas a partir dela ou contribuir para a alienação dele em relação a ela. Geralmente, os conteúdos transmitidos pela escola valorizam a subcultura da classe média, obrigando a criança da classe baixa a se comportar e expressar de acordo com estes critérios culturais, o que a leva a tentar imitar o estilo de vida da classe dominante, criando necessidades e aspirações estranhas à própria classe e, o que é mais grave, negando ou impedindo o afloramento de sua própria cultura. Além do mais, estes conteúdos são tendenciosos pois, estão impregnados da ideologia da classe dominante o que leva o aluno a aceitar como verdade inquestionável, o que lê. Como se posicionam os dois tipos de professores neste contexto, é o que a autora mostra no decorrer do capítulo III.

Observa-se, ainda, por parte dos professores uma supervalorização do aspecto didático (elaboração de provas, escolha de técnicas, planificação) no processo educativo, esquecendo que este deve ser norteado por objetivos que nascem de uma concepção de homem e de sociedade. Isto significa que todo o trabalho do professor deve ser precedido da indagação: que homem e que sociedade queremos formar? Pessoas passivas, dóceis e conformistas ou, pessoas independentes, questionadoras e comprometidas com seu próprio crescimento e o da sociedade? Dependendo da opção que se faça, seremos professores-policiais, guardiães da ordem social ou, professores-povo, empenhados em dar condições para que o aluno se conheça, veja a realidade com olhos críticos, pois, só assim poderá agir no sentido de modificar a si próprio e à sociedade.

Quanto à avaliação, tema do capítulo V, observa-se o mesmo problema. Os professores, em geral, preocupam-se em adotar as mais modernas técnicas de avaliação do rendimento escolar não se questionando sobre as causas reais que estão por trás de um baixo rendimento escolar. Além do mais têm a tendência de avaliar todos os alunos segundo os mesmos critérios. O professor-policial não percebe as raízes sociais do fracasso escolar, valorizando apenas o conhecimento e não o progresso do aluno em relação a ele mesmo e, considerando a avaliação como fim do processo de aprendizagem. Estas atitudes fazem com que o professor jogue a favor da ordem social vigente, pois sendo ele o único responsável pela avaliação, além de não permitir a autocrítica incute na criança, socialmente menos favorecida, a convicção de sua baixa capacidade de realização, o que a leva a ter um baixo nível de aspiração quanto às ocupações profissionais. Já o professor-povo valoriza a pessoa do aluno e não seu intelecto, a autocrítica responsável e se preocupa em adequar suas exigências, em termos de rendimento, à capacidade individual de cada aluno.

Concluindo sua análise, no capítulo VI, a autora aborda a questão do relacionamento entre professores e pais de alunos. Mostra ela como estas relações têm sido marcadas pela incompreensão, fruto da falta de identificação do professor com os reais problemas e aspirações do povo e de, freqüentemente, colocar-se estes numa posição de superioridade com relação aos pais. O professor-povo dialoga de igual para igual com os pais com o objetivo de conhecer melhor seus alunos buscando juntos as soluções para os problemas. A relação entre professor e pais deve estar fundamentada na idéia de que não existe divisão entre trabalho manual e intelectual, que ambos são importantes para o progresso da sociedade e para a realização do homem. Enfim o professor-povo participa das lutas da classe oprimida na conquista e estabelecimento de uma sociedade mais justa e igualitária e, portanto, mais humana.

A importância da obra desta educadora argentina é de um valor imenso no momento em que muitos educadores questionando a Escola e a educação que temos e buscando novos rumos e significados para elas, encontram-se perdidos sem saber onde estão as causas da evidente ineficácia da Escola em assumir seu papel como um dos agentes de transformação da sociedade.

A autora, nesta obra, desenvolvendo uma profunda análise crítica da Escola e da atuação dos professores, enquanto educadores, permite a todas as pessoas preocupadas com estes problemas que vislumbrem uma nova opção em termos de educação que seja mais coerente com as necessidades reais da sociedade atual marcada, principalmente, nos países periféricos por um profundo desnível entre classe dominante e oprimida.

Partindo da contribuição de educadores defensores de uma educação libertadora, como por exemplo, Paulo Freire, a autora não os copia ou os repete simplesmente mas, sobretudo, operacionaliza criativamente suas principais idéias, o que permite ao leitor perceber claramente todas as conotações de suas atitudes em relação à tarefa pedagógica e a fazer uma opção consciente em termos de ação educativa.

No decorrer de toda obra, a autora faz questão de salientar que a postura que a grande maioria dos professores adota e que o caracteriza como professor-policial não é conscientemente assumida mas, fruto de uma formação alienante o que nos leva a concluir que os cursos de formação de professores necessitam passar por uma profunda e total reformulação.

Maria Helena de Barros Salek
Professora da P.U.C.C. Pedagoga. Mestranda
em Filosofia da Educação na P.U.C.C.